

## **7. QUIOSQUE DO CAMPO DAS HORTAS:**

Da **Divisão Financeira** submetendo à consideração do Executivo processo relativo ao Quiosque do Campo das Hortas, sito no Campo das Hortas, UF de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), titulado em nome Nuno José Castro Costa e Carla Teresa Castro Costa Ramos, tendo em vista a redução de 50% sobre o valor de 183,60€, correspondente ao valor mensal a liquidar pela ocupação do referido quiosque.

Tem informação circunstanciada da DSJC.



Sr. Financieiro

Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos  
Contencioso

Concordo com o parecer da  
Dr. Helena Pereira. Envia-se ao  
Sr. Diretor Municipal.  
13/6/2019

Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão,  
Administração e Prospetiva

Concedido

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Aguiar

12/6/2019

Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada p  
Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 20

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal

A ...

12/6/2019

...

Nº Informação: 18016

Data: 12/06/2019

Assunto: Pagamento do valor devido pela ocupação do Quiosque do Campo das Hortas

#### QUESTÃO DICIDENDA:

Tendo assente:

1. A factualidade descrita pela Divisão Financeira, que compila todos os acontecimentos neste processo;
2. A informação prestada por esta Divisão, na pessoa da Dr.ª Cristina Salgado, que conclui a ocupação aqui em causa não se trata de um contrato de arrendamento, como peticionam os atuais titulares do direito de ocupação do quiosque,

Cremos que poderão ser 3 os caminhos pelos quais pode o Município enveredar:

- Tendo sido calculadas as taxas devidas, em função dos m2 ocupados pelo Quiosque, e quantificado, para dedução a esse valor, o custo mensal inerente à limpeza e manutenção dos sanitários, concluiu-se que o valor a pagar seria de 50% sobre os 183,60€. Esta será a solução mais pragmática e célere para taxar os valores em dívida. Para tanto, uma vez que estamos perante uma redução de taxa, deve obedecer-se aos critérios estabelecidos no Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).



A este propósito, preceitua o artigo H-1/16.º, com a epígrafe "*Outras isenções e reduções*", que podem ser concedidas isenções ou reduções de taxas, a quaisquer entidades, com fundamento no manifesto e relevante interesse municipal do respetivo objeto. Parece existir, *in casu*, verificação do referido requisito, uma vez que os titulares do direito de ocupação têm a responsabilidade da limpeza e manutenção dos sanitários adjacentes, para uso público.

A concessão da redução no pagamento de taxas compete à Câmara Municipal, nos termos do artigo H-1/18.º, sendo certo que em cada sessão da Assembleia Municipal será, pelo Sr. Presidente da Câmara, prestada informação sobre os benefícios fiscais concedidos, em cumprimento do artigo H-1/19.º do CRMB.

- Solução diferente passaria por efetuar uma revisão contratual – uma vez que é com base nesse «contrato» que nasce na esfera dos titulares do direito de ocupação o ónus de proceder à manutenção e limpeza dos sanitários – eliminando-se tal obrigação, e passando tais tarefas a ser asseguradas pela AGERE, à semelhança do que acontece com os demais sanitários públicos. Assim, não havendo qualquer custo a "abater", deveriam liquidar-se os valores devidos, nos termos do CRMB e respetiva Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais vigente.

- Poder-se-ia ainda, se assim se entendesse, não permitir a renovação da licença. O próprio contrato para ocupação do quiosque, prevê que o mesmo é válido "pelo período de um ano", renovável, podendo ser "denunciado" pelas partes com dois meses de antecedência. Este contrato também prevê o pagamento de uma "taxa", desvirtuando-o assim da natureza civilística.

O próprio CRMB prevê semelhante solução, na parte em que refere que as licenças (de ocupação de espaço público) são concedidas, por prazo não superior a um ano, que se renovam automaticamente se nenhuma das partes se manifestar em sentido contrário.

Ora, sendo esta a vontade do Município, um dos caminhos seria a não renovação da licença, e abertura de um procedimento de hasta pública, para concessão do direito de ocupação do quiosque, nos termos dos artigos D-2/29.º e seguintes.

Neste caso em concreto, poderia eventualmente haver lugar a um ajuste direto aos atuais detentores do direito de ocupação, caso se verificassem os pressupostos para aquela figura: instalação do quiosque em data anterior a 1978, o que se verifica, dado que o contrato que legitimou a ocupação data de 25 de janeiro de 1954; que o atual ocupante tenha vindo a cumprir todas as obrigações advenientes da concessão, e que se encontre em situação de comprovada debilidade social e económica, critérios que teriam de ser avaliados.

Apresentadas que estão as soluções jurídicas para o presente processo, conclui-se, face ao questionado pela Divisão Financeira, que a redução de taxa proposta, deve ser submetida a apreciação do órgão executivo deste Município.

À consideração superior,

A Jurista,

*Heleno Freitas Pereira*

Nº Informação: 21616

Data: 21/05/2019

Assunto: Proposta de redução de taxa no Quiosque Campo das Hortas

Referência: S/489/DF/2014; S/491/DF/2014; I/57/DF/2014; **GERES/359/2015**; Geres/35551/2016; I/346/DF/2017.

Considerando:

1. Os pareceres jurídicos datados de 17/11/2014, 19/03/2015 e 09/03/2018, que atribuem especificidade à ocupação do Quiosque do Campo das Hortas, face às demais ocupações de espaço público relativas a Quiosques instalados no concelho de Braga, desde logo pela existência de um contrato, datado de 25 de janeiro de 1954, o qual prevê que para além do pagamento de uma taxa anual, atribui também a responsabilidade da limpeza e manutenção dos sanitários adjacentes para uso público, ao Titular do Direito de Ocupação;
2. Que por deliberação de câmara datada de 13 de setembro de 2012, que se anexa, foi autorizada a transmissão do direito de ocupação do quiosque do Campo das Hortas a favor dos filhos do titular do contrato, Nuno José Castro Costa e Carla Teresa Castro Costa Ramos;
3. Que a taxa anual prevista no contrato não foi alvo de revisão específica, e que ao longo do tempo, a mesma correspondia em média a 1,00m2/mês, em termos de dimensão, face a outros Quiosques;
4. Que a área ocupada pelo Quiosque é de 18,00m2, e que se enquadra no Código Regulamentar do Município de Braga e respetiva Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor, a liquidação seria o resultado final da fórmula: Taxa × Dimensão, sendo que: Taxa (10,20) × Dimensão (18) = 183,60 euros/ mês
5. Que efetuada uma estimativa, que se anexa, para quantificar o custo mensal inerente à limpeza e manutenção dos sanitários, aquela corresponde a cerca de 91,97 euros;

Propõe-se:

- que a Ocupação seja liquidada mensalmente aplicando-se-lhe a fórmula utilizada nos demais Quiosques;
- que ao valor liquidado, seja aplicada uma redução de 50%, percentagem que se considera, grosso modo, equivalente ao custo mensal da limpeza e manutenção, apurado em estimativa.
- que o mesmo método seja aplicado para liquidar os anos em falta, relativos à ocupação por parte do Titular do Direito de Ocupação e também aos anos futuros.

*Concluindo. De facto constata-se que o Titular do Direito de Ocupação, bem de suportar uma consequência de natureza de que um pouco, 50%, deve ser remediado. Sugiro*

O Assistente Técnico,

Armando Monteiro

Praça Conde de Agrolongo 4704 - 514 Braga  
Balcão Único Municipal  
MODCMB02001\_00

Tel. 253 203 150 - Fax 253 613 387

www.cm-braga.pt - e-mail: munic@cm-braga.pt  
Horário contínuo de 2.ª a 6.ª feira das 9h00 às 17h30  
Página 1 de 3

*que seja possível a redução da taxa Executiva. A unidade de h. DNOAD. Dr. Miguel. 2019/05/24*

*Concluindo com a informação  
A Contabilidade Superior  
Ratificado 24/05/19*

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães  
27/05/19





**BRAGA**  
Município

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA